

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.774 - SP (2019/0253148-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **LIGIA TERUKO YUYAMA**  
**AGRAVANTE** : **RIUSO HIGA**  
**ADVOGADOS** : **MIRIAN BARBOSA DOS ANJOS GALBREST - SP266625**  
EDSON JUNIOR GALBREST - SP378604  
FLAVIA FERREIRA DE PAULA - SP377265  
**AGRAVADO** : **ROBERTA LUCIANA DOS SANTOS - POR SI E REPRESENTANDO**  
**AGRAVADO** : **LUIS REBOREDO DO BARRO - ESPÓLIO**  
**ADVOGADOS** : **FLÁVIO ROGÉRIO FAVARI - SP177050**  
EDIO DALLA TORRE JUNIOR - SP086450

## DECISÃO

Trata-se de agravo contra inadmissão de recurso especial interposto por LIGIA TERUKO YUYAMA e RIUSO HIGA. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"EMBARGOS DE TERCEIROS Penhora de imóvel adquirido pelos embargantes Pretensão ao reconhecimento da propriedade sobre imóvel objeto de cessão de direitos hereditários - A cessão é ineficaz, pois recaiu sobre bem da herança considerado singularmente, e sem a prévia autorização do juiz da sucessão - Improcedência dos embargos - Sentença confirmada Verba honorária majorada, em atendimento ao artigo 85, parágrafo 11º do CPC - RECURSO NÃO PROVIDO, com observação" (fl. 487 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial os recorrentes sustentam, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 489, 674, 678, 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 1.238 do Código Civil; 1º, 3º e 5º da Lei nº 8.099/90.

Aduzem omissão e falta de fundamentação no julgado no tocante às teses jurídicas de usucapião como matéria de defesa e boa-fé presumida.

Mencionam que

*"(...) os Recorrentes comprovaram os requisitos da prescrição da pretensão aquisitiva, através da usucapião extraordinária, qual seja: a) comprovação do exercício da posse pelo tempo determinado em Lei; b) o animus domini; c) a comprovação de que o imóvel serve com moradia; d) a posse mansa, pacífica e ininterrupta da propriedade" (fl. 507 e-STJ).*

Argumentam que o imóvel é bem de família.

Alegam, por fim, que

# Superior Tribunal de Justiça

"(...) a aquisição e, especialmente, à posse exercida pelos Recorrentes se afigurou de boa-fé, pois segundo ficou configurado nos autos: foi realizado o pagamento do preço ajustado, inclusive com recibo de quitação; durante o tempo de posse, os Recorrentes mantem em dia os impostos referentes ao imóvel; na cessão consta que o imóvel encontrava-se livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais ou pessoais" (fl. 508 e-STJ).

Contrarrazões às fls. 594/605 e-STJ.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece prosperar.

Com efeito, do acurado exame dos autos, verifica-se que merece provimento o recurso no tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional (artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015). Isso porque, não obstante a oposição de embargos declaratórios requerendo expressamente manifestação acerca de tema relacionado à preclusão, permaneceu silente o tribunal de origem.

Com efeito, o não enfrentamento pela Corte de origem das teses referentes ao usucapião como defesa e boa-fé, ora ventiladas nos embargos de declaração (fls. 566/573 e-STJ) e imprescindíveis à solução do litúgio implica violação ao artigo 1.022 do CPC/2015, tanto que, nos termos da Súmula 211/STJ, revela-se inadmissível o recurso especial que, a despeito da oposição de embargos, trate de tema não analisado pela instância a quo, porquanto ausente o requisito do prequestionamento.

Neste sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. OMISSÃO SOBRE A QUESTÃO REFERENTE À LEGITIMIDADE ATIVA PARA QUESTIONAR A COBRANÇA DE ICMS. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO TRIBUNAL A QUO. POSSIBILIDADE.*

*1. De acordo com o art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos declaratórios são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, ou quando for omitido ponto sobre o qual se devia pronunciar o juiz ou tribunal.*

*(...)*

*4. Recurso especial provido"*

(REsp 1.252.842/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/6/2011, DJe 14/6/2011).

# Superior Tribunal de Justiça

**"PROCESSO CIVIL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO SANADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO.**

*1. Os embargos de declaração, de regra, não autorizam a reapreciação do quanto decidido, porém nada impede que, constatada a existência de omissão, o seu suprimento implique modificação no resultado do julgamento. Precedentes.*

*2. Constatada a existência de omissão não sanada no acórdão proferido pelo Tribunal Estadual, a despeito da interposição de embargos de declaração, é de rigor o reconhecimento de violação do art. 535 do CPC, por negativa de prestação jurisdicional, com a determinação de retorno dos autos à origem para que se realize novo julgamento.*

*3. Recurso especial provido"*

(REsp 1.091.966/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/2/2011, DJe 14/2/2011).

Ante o exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial, determinando a devolução dos autos ao tribunal de origem para que realize novo julgamento dos embargos de declaração de fls. 566/572 e-STJ, nos termos da fundamentação acima.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator